

PRIMÓRDIOS DA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA¹

Onset of Brazilian Anthropology

Roque de Barros Laraia²

RESUMO

Este artigo pretende resumir a história da Antropologia Cultural no Brasil, a partir do final do século XIX até os meados da década de 70 do século passado. Em função do surgimento tardio das universidades em nosso país a Antropologia encontrou abrigo nos Museus. Outro ponto importante destacado é que os nossos primeiros pesquisadores, com raras exceções, foram médicos, como é o caso de Nina Rodrigues (1862-1906), Somente a partir da década de 70 do século XX, é que as Universidades tornam-se o principal espaço para a disciplina.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia brasileira. Antropologia cultural. Museus.

ABSTRACT

This article aims to summarize the history of Cultural Anthropology in Brazil from the late nineteenth century to the mid-70s of last century. Due to the late emergence of the universities in our country, Anthropology found shelter in the Museums. Another important note is that our first researchers, with few exceptions, were Doctors, as is the case of Nina Rodrigues (1862-1906), only from the 70s of the twentieth century is that universities become the main room for the discipline.

KEYWORDS: Brazilian Anthropology. Cultural Anthropology. Museums.

Data de submissão: 05/02/2018

Data de aceite: 05/02/2018

* Trabalho submetido em 05/02/18 e aprovado no mesmo dia. Para citar este artigo: LARAIA, Roque de Barros. Primórdios da Antropologia brasileira. *Ciência & Trópico*, Recife, v.42, n. 1, p. 5-21, jan/jul, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/index>>. [v. em edição].

¹ Este texto é baseado na conferência proferida no Seminário de Antropologia em 27 de junho de 2017.

² Possui graduação em Bacharelado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1959) e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1972). Atualmente é professor emérito da Universidade de Brasília, membro do Conselho Nacional de Imigração e do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Além disso, tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena. rlaraia@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Toda história, como também os mitos, possuem muitas versões e o mesmo ocorre com a história da antropologia brasileira, principalmente no que se refere à origem formal de nossa disciplina. Assim o que se pretende apresentar é apenas uma versão. Porém, antes de entrar propriamente no texto, gostaria de – como se fosse um prólogo ou até mesmo uma anedota – responder a seguinte questão: quando o termo antropologia foi utilizado, pela primeira vez, em relação ao nosso país? Encontramos tal resposta na segunda metade do século XIX, no livro *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho* (BURTON, 1976). A partir da página 322, ele apresenta as suas observações “sobre a antropologia descritiva de Minas Gerais”. Nesse texto, Burton utiliza os conceitos de uma antropologia biológica da primeira metade do século XIX que admitia a influência da fenotípica nas diferentes formas de comportamento. Dizia ele que *a tez do mineiro é de um pardo escuro morno, raramente corado na face e muitas vezes perturbado pela secreção de bÍlis, ou pela obstrução dos condutos (?)*. *É na realidade a cor do português de Algate, onde o mouro viveu durante tanto tempo*.

A seguir, comparando os mineiros com os ingleses, ele afirma: *Entre nós (os ingleses) o temperamento nervoso é mais conhecido pelo cabelo sedoso e fino, aqui temos o mesmo acompanhado por um topete*.

Retomando o nosso tema, pode ser que alguém acredite que a nossa antropologia começou no final do século XIX, nos austeros corredores do Museu Nacional, por onde, entre vitrines repletas de ossos e de estranhos instrumentos, transitavam os primeiros antropólogos físicos, substituídos depois por Edgar Roquette Pinto (1884-1954), Heloisa Alberto Torres (1895-1977) e Raymundo Lopes (1894-1941). Outros buscam transferir esse começo para a Semana Modernista de 1922, em que pontificava a figura genial de Mario de Andrade (1893-1945), dublê de pesquisador e de turista amador. Mas acreditávamos, juntamente com a colega Mariza Correa, que o nosso primeiro antropólogo foi o médico maranhense, radicado na Bahia, Raymundo Nina Rodrigues (1862-1906), que iniciou os estudos sobre as procedências dos negros trazidos da África para a Bahia. A partir de uma postura inicial – que pode ser rotulada de racista – transformou-se em um forte defensor dos ritos e dos costumes africanos. O seu livro *Africanos no Brasil* (RODRIGUES, 2010) é provavelmente um dos primeiros textos antropológicos produzidos por um autor brasileiro.

A propósito, sempre nos chamou a atenção o papel dos médicos na história da antropologia brasileira. Foram eles os fundadores ou incentivadores da disciplina em diversas regiões do país. Por exemplo, Roquette-Pinto e Arthur Ramos (1903-1949) no Rio de Janeiro; Nina Rodrigues e Thales de Azevedo (1904-1995) na Bahia; Oswaldo Cabral (1903-1978), em Santa Catarina; José Loureiro Fernandes (1903-1977), no Paraná; e René Ribeiro (1914-1990), em Pernambuco.

Inquirido a respeito deste fato, Luiz de Castro Faria (1913-2004) – em entrevista concedida a Helgio Trindade – respondeu: *Com a criação das Faculdades de Filosofia, Ciência e Letras, todas elas eram obrigadas a ter professores de antropologia. (...) no primeiro ano era antropologia biológica, então era um médico escolhido sempre, porque tinha a formação que se prestava a essa aplicação, em termos de raça, crânio...* A resposta em parte é verdadeira. Em primeiro lugar, é necessário recordar que a criação das faculdades se deu na década de 30, quando acreditamos já se podia falar em uma antropologia brasileira. Em segundo lugar, esses médicos não se limitavam a uma antropologia biológica, abordavam também temas da antropologia cultural.

Florestan Fernandes (1958), em “Tendências teóricas da moderna investigação etnológica no Brasil” afirmou ser necessária a existência de centros de difusão do pensamento e do conhecimento científico para ser possível o desenvolvimento das ciências sociais, através do treinamento sistemático de pesquisadores. Como, entre nós, ao contrário de outros países americanos, as Universidades surgiram muito tardiamente, foram os Museus que assumiram essas tarefas. Com efeito, em 1818, foi criado o Museu Nacional no Rio de Janeiro; em 1866, o Museu Paraense Emilio Goeldi; o Museu Paranaense, em 1876; e o Museu Paulista, em 1895. Assim, podemos afirmar que a pesquisa antropológica já dispunha de um espaço institucional desde o final do século XIX.

Na véspera do ano em que o Museu Nacional completará dois séculos de existência se torna interessante dar um destaque para o desenvolvimento da Antropologia em seu espaço. No primeiro quartel do século XX, o Museu já contava com importantes pesquisadores. Edgard Roquette-Pinto, que além de médico e antropólogo se destacou pela sua versatilidade, participou da Comissão Rondon, realizando pesquisa de campo em Rondônia, junto aos índios Nambikuara. Foi um dos precursores do cinema e da radiofonia no Brasil, tendo criado a primeira estação de Rádio do Brasil, a Radio Sociedade do Rio de Janeiro. Foi diretor do Museu Nacional e, como professor, lutou contra as ideias racistas vigentes na época. Foi membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Heloisa Alberto Torres (1895-1977), a primeira antropóloga brasileira, realizou pesquisa de campo na Ilha de Marajó, no final da década de 20. Foi diretora do Museu Nacional e sucedeu Rondon na Presidência do Conselho Nacional de Proteção aos Índios.

Raymundo Lopes (1894-1941), por sua vez, maranhense, geógrafo, além estudar a pesca, foi o primeiro a escrever sobre os índios Kaapor, localizados no médio Gurupi. O seu principal trabalho refere-se à pesca no Maranhão.

Durante o longo período em que Heloisa Alberto Torres dirigiu o Museu Nacional, importantes pesquisadores estrangeiros receberam o apoio institucional destacando-se Charles Wagley ((1913-1991), Curt Nimuendaju (1883-1945) Alfred Metraux (1901-1963), entre outros.

Concordamos com Maria Hermínia Tavares de Almeida (1989) quando afirma que o *início da institucionalização das ciências sociais no país data dos anos 30 e está associado às grandes transformações políticas e institucionais desencadeadas pela revolução de 1930*. Em São Paulo, no ano de 1933, um ano depois de o Estado ter sido derrotado na chamada Revolução Constitucionalista, ocorreu a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política, iniciativa de destacadas personalidades civis como Roberto Simonsen, Jorge Street, Armando Sales de Oliveira Pacheco e Silva, Raul Piquet e André Dreyfus (LIMONGI, 1989). Somente no ano seguinte, 1934, com o projeto da elite paulista, destacando-se Júlio Mesquita Filho, Paulo Duarte, Fernando de Azevedo, entre outros, foi criada a Universidade de São Paulo.

Entretanto, foi no âmbito da Escola Livre de Sociologia Política que, em 1939, as ciências sociais tomaram um grande impulso. Isto se deu com a chegada de Donald Pierson (1900-1995), recém-doutorado pela Universidade de Chicago. Em 1941, ele criou a Pós Graduação em Ciências Sociais. Pierson contou com a colaboração de dois importantes antropólogos estrangeiros: Emílio Willems (1905-1997) e Herbert Baldus ((1899-1970). E ,desde o início de 1942 até meados de 1944, contou com a participação de, nada menos, que A. R. Radcliffe-Brown (1881-1955). A presença do famoso antropólogo britânico, contemporâneo de Bronislaw Malinowski,(1884-1942) atraiu um significativo número de estudantes, regulares ou ouvintes, entre eles Virginia Bicudo, Lucila Hermann, Oracy Nogueira, Egon Schaden e Virginia Watson (MELATTI,1978).

Utilizando uma informação de Pierson (CORREA, 2013), relacionamos às disciplinas do primeiro ano de pós-graduação:

“Pesquisas Sociais na Comunidade Paulista” (Pierson);

“Etnologia Brasileira”, Baldus;

“Assimilação e Aculturação no Brasil Meridional” (Willems);

Além de três seminários: “Métodos e Pesquisas Sociais” (Pierson e Rodolfei); Índios do Brasil (Baldus); e “Raça e Cultura”(Pierson). Entre os primeiros mestrados da Escola Livre de Sociologia e Política, podemos relacionar: Gioconda Mussolini, Lavínia Costa, Florestan Fernandes, David Maybury-Lewis e João Batista Borges Pereira.

2. DESENVOLVIMENTO DA ANTROPOLOGIA NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Passamos agora ao desenvolvimento da Antropologia na Universidade de São Paulo, que teve como ocupante da Cátedra, Emilio Willems, e a partir de 1949, Egon Schaden. Em 1945, ocorreram as defesas das duas primeiras teses de doutorado em Antropologia: Egon Schaden (1943) “Ensaio Etno Sociológico sobre a mitologia heroica de algumas tribos indígenas do Brasil”, banca presidida por Fernando de Azevedo, e a tese de Lavínia Costa Raymond, “Algumas danças populares do Estado de São Paulo” presidida por Roger Bastide, que resultou em um livro (RAYMOND, 1958).

Surpreendentemente, um espaço de tempo de 20 anos transcorreu até a aprovação da primeira dissertação de mestrado em Antropologia na Universidade de São Paulo: Eunice Ribeiro Durhan (1966): “Mobilidade e assimilação: a história do migrante italiano em um município paulista”. Dois anos depois, a terceira tese de doutorado foi defendida também por Eunice Ribeiro Durhan. A partir dessa data, foram realizadas doze defesas de dissertação e sete de doutoramento. A explicação para esse brusco aumento foi a promulgação, em dezembro de 1962, da Lei 4024, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que modificou radicalmente a educação superior, extinguindo a cátedra além de modificar o sistema seriado de cursos substituindo-o pelo de créditos. E em 3 de dezembro de 1965, o Parecer 977 do Conselho Federal de Educação – mais conhecido como parecer Sucupira – regulamenta os cursos de Mestrado e Doutorado estabelecendo o sistema atual. A Universidade de São Paulo estabeleceu o dia 31 de dezembro de 1972 como prazo final para as defesas dos inscritos no sistema anterior.

Nessa tentativa de reconstruir a história de nossa disciplina, somos levados a adotar uma periodização da história da antropologia no Brasil. Como aluno de Roberto

Cardoso de Oliveira (1988), tomei a liberdade de apropriar de sua periodização contida no texto “O que é isso que chamamos de antropologia brasileira?”.

Cardoso de Oliveira (1988) denominou como *heroico* o primeiro período quando “*a profissão de antropólogo e a própria antropologia não estavam institucionalizados entre nós e, portanto, o trabalho de pesquisa tinha o sabor de uma atividade verdadeiramente heroica*”. É o tempo de Roquette-Pinto, Raymundo Lopes e Heloisa Alberto Torres, no Museu Nacional; Arthur Ramos, no Rio de Janeiro; Gilberto Freyre, Carlos Estevão de Oliveira, no nordeste; dê Herbert Baldus e Charles Wagley entre os Tapirapé, e sobretudo, de Curt Nimuendaju, o hoje lendário fundador da etnologia brasileira. Cardoso de Oliveira, referindo-se ao clima de heroísmo que se atribuía à pesquisa de campo cita o romance de Basto Ávila, “No Pacoval do Carimbé”, publicado em 1932, que se refere à pesquisa de Heloisa Alberto Torres, realizada na ilha de Marajó em 1929. Segundo ele: *mulher antropóloga era então por demais inesperado!*

O segundo período foi denominado de *carismático* e começa no final da década de 40, com a “obra etnológica de Florestan Fernandes e as pesquisas de Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão que reuniram em torno de si e de seus projetos jovens estudantes de antropologia”. É quando Ribeiro criou, no âmbito do Museu do Índio (fundado por ele em 1953), o primeiro curso de indigenismo (1958) e o segundo curso no ano seguinte no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, contando, nesse último, com a colaboração de Roberto Cardoso de Oliveira.

O terceiro período, denominado de *burocrático* abrange a década de 50 – e todos os anos seguintes quando ocorrem quatro fatos muito significativos na história da antropologia.

Em 1953, realizou-se, no Museu Nacional, a 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, organizada por Heloisa Alberto Torres, tendo como Presidente de Honra, Edgard Roquette-Pinto, e Luiz de Castro Faria, como Secretário. Participaram também da Comissão Organizadora: Eduardo Galvão, Pedro Lima e Tarcísio Messias. Uma bem conhecida foto mostra o público da 1ª RBA: Loureiro Fernandes, Herbert Baldus, Mário Wagner Vieira da Cunha, Thales de Azevedo, René Ribeiro, Egon Schaden, Darcy Ribeiro, Heloisa Alberto Torres, Oracy Nogueira, Manuel Diegues Jr., Marina Vasconcelos, Edson Carneiro, Ruth Landes, Maria Julia Pouchet, Basto Ávila e Luiz de Castro Faria e alguns poucos desconhecidos totalizando trinta pessoas.

O segundo fato é que Darcy Ribeiro, então coordenador da Sessão de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios, criou o Museu do Índio em um prédio de propriedade do Ministério da Agricultura, ao lado do Estádio do Maracanã.

Em 1954, realizou-se, no Hotel Esplanada, em São Paulo, o XXXI Congresso Internacional de Americanistas, pela única vez realizado no Brasil.

E finalmente o quarto fato: durante a 2ª Reunião Brasileira de Antropologia, foi criada a Associação Brasileira de Antropologia, tendo Luiz de Castro Faria, como seu primeiro Presidente.

Nos anos 50, continua o predomínio da influência americana na antropologia brasileira. É também o período dos chamados “estudos de comunidades” inspirados na obra de Lynd e Middletown (1929). Foram publicadas mais de uma dúzia de monografias entre as quais destacamos: Emílio Willems (1948) com “Cunha; Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil”; Donald Pierson (1951), “Cruz das Almas. A Brazilian Village”; Emílio Willems e Gioconda Mussolini (1952), “Buzio Island. A Caiçara Community in Southern Brazil”; Charles Wagley (1953), “Amazon Town, A Study of Man in the tropics”; Fernando Altenfelder Silva (1955), “Análise Comparativa de Alguns Aspectos da Estrutura Social de Duas Comunidades do Vale de São Francisco”; Marvin Harris (1956), “Town and Country in Brazil”, etc.

Muitas foram as críticas a esses estudos, como por exemplo, a de Otávio Ianni (1961), mas é inegável a contribuição dos mesmos para o conhecimento da realidade brasileira, na metade do século XX. Em 1962, Maria Laiz Mousinho Guidi publicou o seu trabalho *Elementos de análise dos Estudos de comunidades realizados no Brasil e publicados de 1948 a 1960* que se tornou uma leitura obrigatória para o conhecimento dessa fase de nossa disciplina (GUIDI, 1962).

Nesta altura do texto, consideramos necessário retornar até a década de 30, devido a sua importância para a história de nossa disciplina. Em uma reunião da SBPC em São Paulo houve uma conferência de Antônio Cândido de Mello e Souza que demonstrou a importância dos anos 30 para a história de nosso país – apesar de todas as conturbações políticas da época. Foi quando foram criadas as leis trabalhistas, os institutos de previdência social, o Instituto Nacional do Livro, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e as nossas primeiras Universidades.

Em 1933, Gilberto Freyre – que foi aluno de Franz Boas, na Universidade de Colúmbia – publicou *Casa Grande & Senzala*. Nenhum outro livro brasileiro foi mais

publicado e traduzido para outros idiomas. Também foi o que mais gerou polêmicas. Mas, sem dúvida, pela primeira vez, o sistema patriarcal e rural do nordeste foi discutido a partir de uma perspectiva da história e da antropologia. E também uma ênfase grande é dada à presença do negro na formação da cultura brasileira.

A nossa tendência era de considerar os anos 30 como um marco fundador da etnologia brasileira, pois foi nessa década que se intensificaram as pesquisas de campo entre os índios brasileiros. Mas torna-se necessário fazer duas ressalvas: praticamente a totalidade desses pesquisadores eram estrangeiros e, pelo menos, dois deles já tinham iniciado as suas pesquisas em décadas anteriores: Curt Nimuendaju, que iniciou os seus trabalhos de campo na primeira década do século, e Alfred Métraux, que publicou os seus principais trabalhos na década de 20. Mas o que se pretendeu assinalar foi a intensificação de trabalho de campo por pesquisadores estrangeiros: Cesar Albisetti, Herbert Baldus, Antônio Colbacchini, Jules Henry, Claude Lévi-Strauss, James e Virginia Watson e Charles Wagley. É interessante assinalar que, em um tempo que existiam muitos índios e poucos antropólogos, Herbert Baldus (1899-1970) e Charles Wagley (1913-1991) escolheram como objeto de pesquisa o mesmo grupo: os índios Tapirapé – um pequeno grupo Tupi-Guarani situado no nordeste de Mato Grosso. Ainda faz parte do anedotário de nossa disciplina que esses dois pesquisadores ficaram aguardando que o outro fosse o primeiro a publicar o resultado da pesquisa. Até que Baldus (1970) publicou a sua monografia “Tapirapé, Tribo Tupi no Brasil Central” e iniciou o seu prefácio com a frase: “Escrevo o meu livro para que o meu amigo Charles Wagley possa escrever o seu[...]”. Em 1977, finalmente, foi publicado o livro “Welcome of Tears” (WAGLEY, 1977).

Além do valor etnográfico dos trabalhos de campo realizados pelos pesquisadores estrangeiros, foi importante o recrutamento de jovens estudantes como auxiliares de campo. Esse fato foi uma iniciativa de Heloisa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional, que recomendou que – como uma contrapartida – os pesquisadores estrangeiros financiassem a participação dos estudantes brasileiros. Foi assim que, em 1939, no seu regresso aos Tapirapé, Charles Wagley foi acompanhado por Eduardo Galvão e Nelson Teixeira. Em 1941-1942, entre os índios Tenetehara, contou com a colaboração de Eduardo Galvão, Nelson Teixeira e Rubens Meanda. Por outro lado, o casal James e Virginia Watson, em sua pesquisa entre os Kaywoá, no sul do Mato Grosso, também contou com a participação de Galvão, Nelson Teixeira e Pedro Lima, além de um estudante paulista, Juarez Brandão Lopes. Nesse mesmo período Franz

Caspar, Francis Huxley, Robert Murphy e Kalervo Oberg realizaram pesquisas entre índios brasileiros.

Não resta dúvida que a parceria mais bem sucedida foi a de Wagley e Galvão. Além de participarem conjuntamente de pesquisa de campo entre os Tapirapé e os Tenetehara, ambos realizaram um estudo de uma pequena comunidade amazônica que denominaram de Itá. Essa pesquisa resultou em dois livros: *Itá. Uma comunidade amazônica*, de Charles Wagley e *Santos e Visagens*, de Eduardo Galvão (tese de doutoramento na Universidade de Columbia, 1952). Em Columbia, Galvão fez parte de uma turma brilhante de estudantes: Eric Wolf, Marvin Harris, Anthony Leeds, Robert Murphy, Morton Fried, entre outros.

Em 1947, Galvão iniciou as suas pesquisas entre os índios do Alto Xingu entre os índios Kamayurá e, posteriormente, trabalhou com os Kayabi, e Juruna. Provavelmente, foi o primeiro antropólogo brasileiro a estudar o sistema de aculturação dos índios Xinguanos.

Carioca de Vila Izabel, Galvão, em 1955, transferiu-se definitivamente para o Museu Paraense Emílio Goeldi. A partir do Museu Emílio Goeldi, continuou a sua pesquisa entre os Xinguanos e iniciou seus estudos do Alto Rio Negro e no baixo Rio Amazonas. Em 1972, realizou a sua última pesquisa de campo no baixo Amazonas. Morreu em agosto de 1976, aos 55 anos em Vila Izabel. Dois meses antes, tinha participado da Reunião Brasileira de Antropologia, em Salvador.

Em 1946, Darcy Ribeiro, mineiro de Montes Claros, graduou-se na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, onde teve Herbert Baldus como orientador. Foi quando se iniciou a carreira do mais versátil e meteórico antropólogo brasileiro. Seguindo os passos de seu orientador, partiu para uma pesquisa de campo entre os índios Kadiwéu, no sul do Mato Grosso. Esses índios, também conhecidos como Guaikuru, tiveram uma participação importante na Guerra do Paraguai, devido a suas habilidades como cavaleiros. São também conhecidos pela excelência de suas pinturas corporais. Darcy, então funcionário do Serviço de Proteção aos Índios, foi acompanhado de sua jovem esposa, Berta Gleizer Ribeiro, nascida em 1924 em Beltz, província da Bessarabia, Romênia, que chegou ao Brasil aos sete anos de idade, acompanhada de seu pai e de sua irmã Jenny. Sua irmã foi deportada para a Alemanha e seu pai morreu em um campo de concentração. A menina Berta foi criada por famílias comunistas no Rio de Janeiro e, depois, em São Paulo. Na capital paulista cursou a Escola Técnica de Comércio Álvares Penteado, o que lhe permitiu trabalhar como secretária. Darcy

conheceu Berta em um comício do Partido Comunista Brasileiro, em 1946. Casaram em 1948 e, nesse ano, Berta acompanhou Darcy em trabalhos de campo realizados entre os índios Kaiwoá, Terena, Ofaié-Xavante e, principalmente, entre os Kadiwéu.

Em 1950, mudaram para o Rio de Janeiro, onde Darcy passou a chefiar a Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios. Nesse mesmo ano, Berta ingressou no curso de História e Geografia do Instituto Lafayette. Em 1953, ingressa no Museu Nacional, como estagiária da Divisão de Antropologia. Nesse mesmo ano, como chefe da Seção de Estudos do SPI, Darcy fundou o Museu do Índio. Ainda em 1953, Darcy iniciou a sua pesquisa entre os índios Urubu-Kaapor, no vale do rio Gurupi, no extremo oeste do Maranhão. Entre as publicações resultantes dessa pesquisa, destaco *Arte Plumária dos Índios Urubu-Kaapor*, 1957, uma magnífica coleção de planchas reproduzindo verdadeiras joias feitas de penas.

Ao classificar como meteórica a carreira antropológica de Darcy – ao contrário da trajetória da Berta – considere o fato que no final da década de 50 já estava vinculado a Anízio Teixeira no âmbito do Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional e, no início da década seguinte, foi fundador e reitor da Universidade de Brasília, Ministro da Educação, Chefe da Casa Civil de João Goulart, perseguido político pela ditadura militar, exilado, vice-governador do Rio de Janeiro, Secretário de Cultura do Rio de Janeiro, Senador da República e Membro da Academia Brasileira de Letras.

E Berta Gleizer Ribeiro? Depois do exílio, retornou ao Museu Nacional; tornou-se doutora, em 1980, pela USP: Pesquisadora 1-A, pelo CNPq, e, em 1995, recebeu a Ordem do Mérito Científico. Tornou-se, enfim – após muitos trabalhos de campo – a principal pesquisadora da cultura material indígena.

Voltando ao terceiro período da classificação elaborada por Cardoso de Oliveira na segunda metade do século XX, constata-se que, com a criação dos cursos de mestrado em Antropologia, diminuiu sensivelmente a possibilidade da existência de antropólogos autodidatas, como o exemplo de Curt Nimuendaju. É a época da valorização dos títulos de pós-graduação. Até o início dos anos 60, o rito de iniciação dos antropólogos era a sua primeira pesquisa de campo. Atualmente é a obtenção do título de doutor.

Os anos 60 constituíram um marco importante do crescimento do papel das Universidades na formação do antropólogo, mas caberia ainda a um Museu uma importante iniciativa. Luiz de Castro Faria e Roberto Cardoso de Oliveira criaram, no início da década, o “Curso de Teoria e Pesquisa em Antropologia Social”, com o apoio

do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil. Tratava-se da primeira edição de um curso de especialização que exigia de seus alunos uma dedicação integral, com a presença de 40 horas semanais.

Mais do que isto, o termo *Antropologia Social* indicava uma mudança metodológica. Nos anos 30-50, era predominante na antropologia brasileira a influência da escola histórico-cultural americana, tendo Franz Boas como seu expoente. Darcy Ribeiro optou por seguir a abordagem do néo-evolucionismo americano, tendo Leslie White como expoente, o que era mais próximo de uma orientação de esquerda. Cardoso de Oliveira, porém, optou pela antropologia britânica, tendo como expoentes Bronislaw Malinowski (1884-1942), A.R. Radcliffe-Brown (1881-1955), Raymund Firth (1901-2002); W.H. Rivers (1884-1922), Edmund Leach, Meyer Fortes, Rodney Needhan, Max Glukman, Audrey Richard, Nadel, entre outros.

O segundo período do curso consistia em um trabalho de campo em uma área indígena sob a supervisão de um pesquisador sênior. Na primeira edição do mesmo, o próprio Roberto Cardoso de Oliveira coordenou a pesquisa de campo entre os Terena urbanizados sediados em Aquidauana, Campo Grande e Miranda. As três versões do curso (1960-1962) foram responsáveis pela formação de 12 novos antropólogos: Alcida Ramos, Edson Soares Diniz, Hortência Caminha, Onidia Benvenuti, Roberto DaMatta, Roque de Barros Laraia, Julio Cezar Melatti, Marcos Rubinger, Maria Andrea Loyola, Cecilia Vieira Helm, Maria Stella Amorim e Silvio Coelho dos Santos.

Simultaneamente com a criação do curso de especialização, Cardoso de Oliveira iniciou o projeto “Estudos de Áreas de Fricção Interétnica no Brasil”, que contou com a participação de oito de seus ex-alunos e que resultou na publicação de diversos livros.

Ainda no final de 1962, a Divisão de Antropologia do Museu Nacional firmou um convênio com a Universidade de Harvard para a execução do *Harvard Central Brazil Research Project*, coordenado por David Maybury-Lewis e Roberto Cardoso de Oliveira, que contou com a participação de vários antropólogos americanos como: Terence Turner, Joan Bamberger, Jean Carter Lave, Dolores Newton, J. Christofer Crocker e Cecil Cook – além de Júlio Cezar Melatti e Roberto DaMatta. Várias monografias importantes resultaram dessas pesquisas, destacamos o *Mundo Dividido* de Roberto DaMatta e *Sistema Social Krahô* de Julio Cezar Melatti,.

O golpe militar de 1964 atingiu pesadamente as ciências sociais brasileiras. O seu impacto maior foi no contexto das Universidades e não dos Museus. A Antropologia, por sua vez, foi menos atingida que a Sociologia, a Ciência Política e a

História. A Cadeira de Sociologia da USP, por exemplo, foi praticamente dizimada com as aposentadorias compulsórias de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni. A Reunião Brasileira de Antropologia que deveria ocorrer em 1965 em Brasília foi cancelada. Apesar de tudo isso, foi no segundo lustro dos anos 60, em plena ditadura, que a Antropologia iniciou o seu grande crescimento, fato este que levou Mariza Correa a perguntar: “como em um chão político tão inóspito pode florescer a planta da antropologia”?

Em julho de 1968 – seis meses antes do AI-5 – o Museu Nacional deu início ao primeiro Programa de Mestrado em Antropologia Social, em conformidade com as normas estabelecidas pela Portaria Sucupira. Isso foi possível graças ao empenho de Roberto Cardoso de Oliveira e à forte cooperação de David Maybury-Lewis, que conseguiu o apoio da Fundação Ford. Foram selecionados 12 alunos, metade deles provenientes da PUC do Rio de Janeiro. Eram eles Alice Rangel, Claudia Menezes, Eurípedes Cunha Dias, Lucia Matoso Câmara, Lygia Sigaud, Madalena Diegues, Maria Andréa Loyola, Maria Rosilene Alvim, Neide Esterci, Otávio Velho, Paulo Marcos Amorim e Wagner Rocha.

Alguns dos alunos citados participaram de um projeto, também no âmbito do Convênio com a Universidade de Harvard, visando ao estudo comparativo das populações rurais das regiões Nordeste e Centro-oeste. David Maybury-Lewis coordenou a pesquisa no Nordeste e Francisca Izabel Vieira Keller, no Brasil Central, mais precisamente no eixo Belém-Brasília.

A década de 70 – paradoxalmente durante os anos mais duros da ditadura militar – constituiu o momento mais importante na consolidação da disciplina no Brasil. Surgem novos programas de pós-graduação em Antropologia, como os da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Ao lado das instituições citadas, o período final da década foi marcado por centros de pesquisas antropológicas, ao lado do ensino *lato senso*, como o Museu do Índio, no Rio de Janeiro; o Museu Paulista; o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais; além da Universidade Federal do Paraná. O desenvolvimento ocorria também nos Programas em Ciências Sociais, nos quais a Antropologia aparecia como uma área de concentração. Faziam parte dessa categoria o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia; o Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina; o Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais; a

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; e o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Um levantamento realizado pelo CNPq, no início da década seguinte, indicava que o corpo docente antropológico, nas Instituições acima mencionadas, era constituído por 164 professores, sendo 61 portadores de grau de doutor; 65 mestres, 14 livres docentes e 24 outros (?).

No que se refere às publicações especializadas, a década de 70 marca o fim do monopólio da Revista de Antropologia, editada por Egon Schaden na USP; da Revista do Museu Paulista, editado por Herbert Baldus; bem como dos boletins de diferentes Museus. Em Brasília, no ano de 1976, surge o Anuário Antropológico. A partir de então, cada Programa foi criando a sua própria revista. Antes disto, artigos de Antropologia podiam ser publicados em revistas como Dados, Religião e Sociedade, etc.

Até o início dos anos 70, a etnologia indígena e os estudos relacionados com os negros – em menor escala – constituíam os temas dominantes da disciplina. Graças ao incentivo de diferentes agências de financiamento de pesquisa – Finep, Fapesp, Fundação Ford e o Conselho Nacional de Pesquisa – surgem novas linhas de pesquisas: antropologia das sociedades rurais, urbana, da saúde, identidade étnica, frentes de expansão, rituais e simbolismo, do gênero, etc.

Além de tudo que foi dito sobre a década de 70, ela foi palco de um ato político muito importante para a história de nossa disciplina. Como todos sabem, a 7ª Reunião Brasileira de Antropologia – que deveria ser realizada em Brasília em 1965 – não aconteceu. Com o golpe militar e a crise da UnB, que acarretou a demissão de Eduardo Galvão da Universidade, a reunião tornou-se inviável. Enfim ela ocorrendo em 1966, em Belém, durante as comemorações do primeiro centenário do Museu Emílio Goeldi, quando foi eleito Presidente o Professor Manuel Diégues. Em 1971, graças aos esforços dos professores da USP, Egon Schaden e João Batista Borges Pereira, foi realizada a 8ª ABA, quase que clandestinamente, durante o 1º Encontro Internacional de Estudos Brasileiros, que contou com a participação de importantes *brazilianists*. Como o número de sócios efetivos foi pequeno, não ocorreu a eleição de uma nova diretoria. O presidente continuou sendo Manuel Diégues.

Finalmente, em 1974, graças ao empenho de Manuel Diégues Jr. e de Silvio Coelho dos Santos, foi possível a realização, em Florianópolis, da 9ª ABA. Como em todas as reuniões anteriores, era esperado um número pequeno de participantes. No entanto, chegaram mais de 400 pessoas. Numerosos ônibus do nordeste e de Belém

chegaram transportando estudantes dos cursos de Ciências Sociais e, principalmente, dos novos programas de pós-graduação. Nessa reunião, Thales de Azevedo foi eleito Presidente da ABA com a incumbência da realização da 10ª Reunião em Salvador. Desde então nunca mais houve falhas nas reuniões da ABA

3 CONCLUSÃO

Neste texto consideramos necessário acentuar a importância da década de 70 para o desenvolvimento da nossa disciplina. Não resta dúvida que é difícil entender como tudo aconteceu em um dos piores momentos da ditadura militar. Nunca é demais ressaltar o importante papel desenvolvido pela Fundação Ford apoiando a criação do PPGAS do Museu Nacional; do PPGAS e do Departamento de Economia da UnB; do Departamento de Ciências Sociais da UFMG, além da criação do CEBRAP em São Paulo que abrigou vários dos aposentados compulsoriamente da USP. E finalmente, a Fundação Ford apoiou ativamente a criação da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, ANPOCS, em julho de 1977.

A ABA também contou com o forte apoio da SBPC, que se constituiu em um forte espaço de luta contra a ditadura e que esteve sempre ao lado da ABA em manifestações de apoio às sociedades indígenas.

Mas um desafio maior estava por vir: em 1978, o Ministério do Interior apresentou um Projeto de Lei de Emancipação das comunidades indígenas. A ABA divulgou um documento de protesto mostrando que o Estado pretendia lavar as mãos de suas responsabilidades. “se utilizando de um discurso aparentemente generoso escondia o fato que a Lei de Emancipação entregaria os índios a forças infinitamente mais poderosas que lhes tomarão em curto prazo as suas terras e as transformarão em mão de obras baratas” (DE BARROS LARAIA, 2014).

Convencido pelos argumentos apresentados, o General Ismarth de Araújo , Presidente da FUNAI, convidou os antropólogos Carmen Junqueira (PUC/SP), Cecília Maria Vieira Helm (UFPR), Egon Schaden (USP), Lux Vidal (USP, Maria Manuela Carneiro da Cunha (USP), Pedro Agostinho da Silva (UFBA), Roberto Cardoso de Oliveira (UnB), Roberto da Matta (MN/UFRJ), e Silvio Coelho dos Santos (UFSC) para comparecerem a uma reunião do Conselho Indigenista da FUNAI, nos dias 12 e 13 de dezembro. Estavam ainda presentes, Roque de Barros Laraia (UnB) e Charlotte Emerich (MN/UFRJ), representantes do Ministério da Educação no referido Conselho. Após a

leitura do documento da ABA, ocorreu a votação pelos membros do Conselho e o Projeto foi arquivado.

Neste trabalho, nos limitamos ao que chamamos de primórdios da Antropologia no Brasil e nos restringimos a autores que se autodenominavam antropólogos. Mas, com certeza, poderíamos incluir em nossa listagem muitos outros autores como Euclides da Cunha, com sua magnífica descrição dos homens do sertão; ou então Sérgio Buarque de Holanda, e muitos outros escritores importantes que nos descreveram o modo de vida de nosso povo. Assim como Francisco de Assis Resende, que nasceu em Campanha, em Minas Gerais, em 1832, onde viveu a maior parte de sua vida. Esta seria totalmente ignorada pelas gerações seguintes se aquele cidadão comum não tivesse deixado em um manuscrito, endereçado aos seus netos, a sua própria biografia. A sua vida discreta e corriqueira, sem grandes aventuras – a não ser uma exaustiva viagem a cavalo até o Rio de Janeiro, quando ainda tinha 14 anos – com certeza pouco interesse poderia despertar aos seus possíveis leitores. Contudo, a sábia providência de seus descendentes de tornar público o conteúdo de seu legado demonstrou uma grande capacidade etnográfica do mesmo em descrever o cotidiano de uma pequena cidade do sul de Minas Gerais, no final do século XIX, o que tornou a leitura muito gratificante.

Assim, consideramos ainda aberta a discussão sobre o princípio de nossa disciplina. Em texto de introdução à Antropologia, fizemos questão de mostrar que o conceito antropológico de cultura antecede de muito a definição vitoriana de Tylor, (1871) e muito posterior a de Confúcio, quatro séculos antes de Cristo, quando afirmou que a “natureza dos homens é a mesma, são os seus hábitos que os mantem separados”!

Finalizando, como uma homenagem ao patrono da Fundação Joaquim Nabuco, gostaria de comentar que um ano antes de Tylor, o jovem Joaquim Nabuco escreveu o seu texto *A Escravidão*. Nesse texto, que é um forte libelo contra aquela instituição, Nabuco utilizou argumentos que seriam encampados por qualquer cientista social ao criticar o tratamento desigual da justiça em relação aos escravos. Portanto, consideramos de grande valia colocá-lo também entre os nossos valorosos precursores.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; MICELI, Sergio. Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro. *História das ciências sociais no Brasil*, v. 1, p. 188-216, 1989.
- BALDUS, Herbert. *Tapirapé: tribo tupi no Brasil Central*. Companhia Editora Nacional, 1970.
- BURTON, Richard Francis. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1976.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O que é isso que chamamos de antropologia brasileira. *Sobre o pensamento antropológico*, p. 109-128, 1988.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. *Cadernos de pesquisa*, n. 37, p. 5-16, 2013.
- DE BARROS LARAIA, Roque. Os Primórdios da Antropologia Brasileira (1900-1979). *ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, v. 1, n. 1, p. 10-22, 2014.
- DURHAM, Eunice. *Mobilidade e assimilação: a história do imigrante italiano num município paulista*. São Paulo: IEB, 1966.
- FERNANDES, Florestan. *Tendências teóricas da moderna investigação etnológica no Brasil*. Etnologia e Sociologia no Brasil. São Paulo, Editora Anhambi, 1958.
- GUIDI, Maria Lais Mousinho. *Elementos de análise dos "estudos de comunidades" realizados no Brasil e publicados de 1948 a 1960*. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1962.
- HARRIS, Marvin. *Town & Country in Brazil: a sócio-anthropological study of a small Brazilian town*. New York, EUA: The Norton Library, 1956.
- IANNI, Octavio. Estudo de comunidade e conhecimento científico. *Revista de Antropologia*, p. 109-119, 1961.
- LIMONGI, Fernando. A escola livre de sociologia e política em São Paulo. *História das ciências sociais no Brasil*, v. 1, n. 217-233, 1989.
- LYND, Robert S.; MIDDLETOWN, H. M. *a study in contemporary American culture*. New York, 1929.
- MELATTI, Julio Cezar. *Ritos de uma tribo timbira*. Ed. tica, 1978.
- PIERSON, DONALD. Cruz das Almas: *A Brazilian village* (Institute of Social Anthropology, Publication N. 10). Washington, DC: US Government Printing Office, 1951.
- RAYMOND, Lavínia Costa. *Algumas danças populares no Estado de São Paulo*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1958.
- SCHADEN, Egon. *Ensaio etno-sociológico sobre a mitologia heróica de algumas tribos indígenas do Brasil*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1946.
- SILVA, Fernando Altenfelder. *Análise comparativa de alguns aspectos da estrutura social de duas comunidades do vale do São Francisco*. Universidade de Paraná, Museu paranaense, 1955.
- RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil*. 2010.
- TYLOR, Edward Burnett. *Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom*. J. Murray, 1871.

WAGLEY, Charles . *Amazon Town: a study of man in the tropics.*(The Macmillan Company, New York.) 1953.

_____. *Welcome of Tears: The Tapirapé Indians of Brazil*, 1977.

WILLEMS, Emilio. *Cunha; tradição e transição em uma cultura rural do Brasil.* São paulo,1947.

_____; MUSSOLINI, Gioconda. *Buzios Island: a caiçara community in Southern Brazil.* JJ Augustin, 1952.

In press